



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador
SCS Quadra 4 Bloco A – Edifício Principal 6º andar
70304-000 Brasília – DF Tel: (61) 3213-8389

ATA
19ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
16 de dezembro de 2011

Local: Ministério da Previdência Social/Ministério do Trabalho e Emprego
Sala de Reunião do Conselho Nacional da Previdência Social, 9º andar
Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza – M. Saúde
- Remigio Todeschini – MPS
- Domingos Lino – MPS
- Rinaldo Marinho da Costa Lima – MTE
- Joice Alves Cavalcante – MPS
- Renata Alexandra de Carvalho Freitas – MPS

Trabalhadores

- Armando Henrique – FS
- Dary Beck Filho – CUT
- Luis Antonio Festino – NCST
- Adrianny Martins da Costa Lemos – NCST

Empregadores

- Clóvis Veloso de Queiroz Neto – CNI
- Nicolino Eugenio da Silva Junior – CNF
- Luiz Sérgio Mamari – CNC

Secretariado

- Terezinha Reis de Souza Maciel – M. Saúde

- **Ausências justificadas:** Jófilo Moreira Lima Junior – FUNDACENTRO; Sonia Maria Bombardi – FUNDACENTRO, Maria Christina Félix – FUNDACENTRO, Fernando Coelho – SESI, Geraldo A. Vianna – CNT, Tatiana Villa Carneiro – CNA, Jorge Alves de Almeida Venancio – CGTB, Viviane de Jesus Forte – MTE, Juneia Martins Batista – CUT, José Alves Filho – NCST, Jairo Jose da Silva – NCST.

ATA

- 1 Carlos Augusto fez a abertura da 19ª R.O. agradecendo ao MPS pelo espaço para realização
2 da referida reunião e aos membros da Comissão pela compreensão e disponibilidade para a
3 alteração da data da mesma. Carlos ressaltou ser a última reunião do período de um ano de
4 coordenação pelo Ministério da Saúde e que, a partir da próxima reunião, a coordenação será
5 do Ministério da Previdência Social. Na sequência fez a leitura dos pontos de pauta, que
6 foram aprovados. Clovis reforçou a indicação de pauta de apresentação, pelo Ministério da
7 Previdência Social, dos dados sobre acidentalidade nos últimos dez anos, incluindo taxas de
8 mortalidade, sendo acordada a inclusão na pauta da próxima reunião da CTSST. Remigio
9 ressaltou a importância da bancada dos trabalhadores agendar a capacitação sobre a
10 utilização e manejo dos dados disponibilizados pelo MPS. A Ata da 18ª R.O. foi aprovada e
11 assinada, após uma única correção solicitada pela bancada de empregadores. Carlos
12 retomou a discussão da construção do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.
13 No objetivo 7, na ação 7.1.3, foi acrescentado como parceiro institucional “entidades do
14 Sistema S”, a partir de ponderação da bancada dos empregadores, e “DIESAT”, a partir de
15 ponderação da bancada de trabalhadores. A inclusão do “DIESAT” foi feita também nas
16 ações 7.2.3 e 7.2.4. Na estratégia 7.2. foi acrescentado “dos programas de aprendizagem”, a
17 partir de sugestão de Nicolino. Em relação aos prazos para execução das ações Carlos
18 comentou que devem ter como referência a pactuação do instrumento de formalização do
19 Plano. Rinaldo ressaltou sobre a importância de não burocratizar o Plano, não ser por portaria

interministerial, pois este instrumento requer um tempo maior para percorrer os três ministérios, sugerindo que possa ser aprovado na própria CTSST. Clovis reforçou a posição colocada por Rinaldo de não burocratizar a institucionalização do plano e ressaltou que a comissão fique atenta aos prazos estipulados no plano. Armando concordou com a idéia de que o plano não deva ser engessado, mas destacou a importância da criação de instrumento que não o banalize. Remigio enfatizou sobre a importância da discussão e a necessidade de priorização das ações e destinação de recursos para a concretização das ações do plano. Lino colocou a importância do Decreto da Política como a base e instrumento de regulamentação para as discussões na CTSST. Reforçou a fala do Armando referente à preocupação de não engessar o Plano, lembrou a importância do plano como um documento com valor efetivo, devendo a Comissão fazer a discussão pertinente à gestão política para a publicação do plano, que inclusive servirá de parâmetro para outras instituições. Na sequência sugeriu como ponto de pauta para próxima reunião a discussão para publicação do plano. Rinaldo colocou sobre a cobertura legal da CTSST, relativizando a real necessidade de publicação, mas reforçou a importância da divulgação do plano. Nicolino ressaltou as falas de Armando e Lino sobre a possibilidade da preparação de um ato solene para publicação e legalidade do plano. Carlos sugeriu a possibilidade de que seja um documento com assinatura de todos os membros da CTSST, indicando o evento referente ao dia 28 de abril para o momento de divulgação do plano. Dary reforçou a preocupação com os tramites de publicação do plano, ressaltando a necessidade do aprofundamento desta discussão, colocando o importante papel da bancada de governo no aprofundamento da investigação do melhor instrumento para a publicação. Rinaldo sugeriu que no período de intervalo até a próxima reunião todos os membros possam pesquisar sobre os instrumentos institucionais de outros planos nacionais de governo já publicados. Carlos sugeriu inserir como ponto de pauta para próxima reunião a proposta do Rinaldo. Carlos enfatizou que a quantidade de ações constantes do Plansat, num total de 74 itens, demanda que as bancadas possam pactuar um determinado conjunto de ações de maior concretude e alcance entre as 74 ações, propondo que as definições dos indicadores possam ser trabalhadas para essas ações priorizadas. Clovis colocou que ainda não fizeram a discussão na bancada, mas que poderíamos iniciar pelas ações com maior experiência acumulada. Sugeriu como encaminhamento a criação de grupos menores para trabalharem cada um dos 8 objetivos do plano. Reforçou sobre a possibilidade de apresentar para a Comissão a experiência do SESI sobre educação com referência aos conteúdos de SST, sugeriu como ponto de pauta para a 1ª reunião da CTSST de 2012 a definição das ações a serem priorizadas dentre os 74 itens e que sejam elencadas as que no momento possam ser mais avançadas na Comissão. Lino colocou como proposta a discussão do planejamento para 2012 da Comissão, reforçando a discussão de priorização das ações. Nicolino enfatizou a necessidade do instrumento de formalização do plano e que os prazos possam ser contados a partir dessa formalização. Carlos reforçou a fala de Nicolino com referência à formalização dos prazos. Mamari colocou que em diversas ações as responsabilidades são em diferentes instâncias e reforçou para que as ações que estão sob a responsabilidade da Comissão sejam definidas primariamente e que em cada ação os responsáveis possam fazer os encaminhamentos e apresentar para Comissão. Carlos propôs a realização de uma reunião do subgrupo tripartite do PLANSAT antes da 1ª reunião da CTSST em 2012, com o objetivo de discutir a priorização das ações, com a conseqüente proposição de indicadores e estabelecimento dos prazos de execução para as ações prioritárias, bem como a questão da formalização do Plano, e que cada bancada possa fazer as discussões internas previamente, o que foi acordado pela Comissão, sendo a reunião agendada para o dia 15/02, em Brasília, em local a ser informado posteriormente. Dary reforçou que o referido encaminhamento agilizará o processo das discussões das priorizações. Armando colocou que as discussões das priorizações já estão iniciadas e que a sua categoria já iniciou os trabalhos com base na Política, elegendo uma campanha nacional para difundir o tema de SST no setor público. Carlos colocou o terceiro ponto de pauta relativo ao PLANSAT, a inclusão dos conteúdos de SST nos ensino fundamental e médio, ressaltando o acordo sobre a composição de subgrupo tripartite com três representantes de cada bancada, sendo coordenado pela Fundacentro, e lembrando que já foi solicitado por duas vezes para que as bancadas de trabalhadores e empregadores façam as indicações para a composição do subgrupo. Na sequência informou que Sonia Bombardi da Fundacentro, responsável por coordenar o subgrupo, Domingo Lino do Ministério da Previdência Social e Soraya Wingester do Ministério da Saúde já iniciaram os trabalhos de maneira virtual e prepararam uma proposta de tópicos para apresentar na discussão com o MEC. Nicolino sugeriu como encaminhamento que a coordenação da CTSST convide o MEC para participar da próxima reunião da CTSST para discussão de todo o objetivo 'capacitação e educação continuada em SST' do PLANSAT. Lino ponderou que o MEC deve ser

convidado para a discussão após a elaboração da proposta de inserção de conteúdos de SST no ensino público e privado pelo subgrupo tripartite, cuja constituição encontra-se pendente pela não indicação dos representantes das bancadas de trabalhadores e empregadores. Carlos fez informe da última reunião do Comitê Interinstitucional do Protocolo de Cooperação Técnica TST - CSJT - MS - MTE - MPS - AGU e que teve como encaminhamento o envio pelo TST de ofício para o Conselho Nacional de Educação (CNE), propondo agenda comum para discussão do tema. A reunião, com representantes do TST, AGU e CNE, foi realizada em 7/12. Na sequência fez a leitura da mensagem com os encaminhamentos positivos da referida reunião, enviada pelo Secretário-Geral da Presidência do TST, Rubens Curado Silveira. Em seguida Lino leu a proposta dos tópicos em seu estágio atual, reforçando a importância de que a formulação proposta se dê com participação tripartite. Carlos colocou que a sua perspectiva é de apresentar na reunião do dia 09/02/2012 do Comitê Interinstitucional do Protocolo de Cooperação Técnica TST - CSJT - MS - MTE - MPS - AGU, que deverá contar com a participação do MEC, os tópicos acordados na CTSST. Lino sugeriu encaminhar os tópicos para apreciação da Comissão e agendar reunião do subgrupo tripartite para a semana de 23 a 27 de janeiro de 2012, o que foi acordado como encaminhamento. Carlos fez informe da reunião do GTS do Transporte Rodoviário de Cargas ocorrida no dia 17/11, com as participações do Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Fundacentro, ANTT, Denatran, NCST, Movimento União Brasil Caminhoneiro e CNT. Em relação ao tema "fortalecimento do diálogo social", com referência aos projetos de lei da regulamentação da profissão de motorista e do estatuto do motorista que tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, relatou a CNT e os trabalhadores estão realizando reuniões para construção de propostas acordadas para serem apresentadas como substitutivos destes projetos. Festino ressaltou os encaminhamentos sobre a questão da regulamentação, com consenso entre a CNTT e CNT. Colocou que no dia 13/11 foi votado no Senado Federal e aprovado o substitutivo para o PL da regulamentação da profissão de motorista, com vinte e duas intervenções favoráveis. O substitutivo será então encaminhado à Câmara dos Deputados. Destacou como pontos importantes da regulamentação a garantia da qualificação profissional por conta dos empresários e a divisão em duas partes da questão da jornada de trabalho, com referência aos trabalhadores com vínculos e autônomos. Carlos colocou que a primeira reunião do GTS-TRC para 2012 está agendada para o dia 31/01. Festino complementou que ainda estão pendentes as questões das divergências entre os procedimentos das perícias médicas do INSS e da Resolução nº 267 do Contran. Carlos ressaltou que o representante do Denatran se comprometeu em agendar reunião com INSS para pautar essa discussão. Na sequência Carlos fez a leitura do informe do GTS da Indústria da Construção Civil, encaminhado pela Coordenadora do GT, Maria Christina Felix, correspondente à primeira reunião em 2011 ocorrida no dia 18/11, que incluiu a informação de que a primeira reunião em 2012 está agendada para o dia 10/02. A coordenação da CTSST enviará os informes dos GTS para os membros da Comissão. No ponto de pauta "Organização de atividade conjunta no dia 28 de abril de 2012", Carlos solicitou que as bancadas dos trabalhadores e empregadores, bem como MPS e MTE, façam as indicações das representações para composição do subgrupo, lembrando que já fez a indicação do representante Ministério da Saúde. Ressaltou a importância da realização de uma atividade em conjunto, com o foco de comemoração da assinatura do Decreto e a apresentação de uma primeira versão do PLANSAT para sociedade. Clovis propôs a produção de um produto palpável, sugerindo uma impressão com as logomarcas das entidades envolvidas, contendo o Decreto, o Plano e dados estatísticos de acidentalidade com taxas de acidentalidade. Dary lembrou que o Plano, para ser divulgado, precisa da definição dos prazos para execução das ações. Festino fez o informe que as Centrais Sindicais se reunirão no dia 17/01/12 para a discussão da organização de evento relativo ao dia 28 de abril. Carlos propôs que a atividade da CTSST seja uma atividade de um turno, no dia 27/04, e reforçou ser urgente a composição do subgrupo para trabalhar e apresentar uma proposta para o evento na primeira reunião da Comissão em 2012, no dia 16/02. Clovis fez o informe do 19º Congresso sobre Segurança e Saúde no Trabalho da OIT, na Turquia, realizado no período de 11 a 15/09/11. A apresentação do Brasil referente à PNSST foi feita por Fernando Coelho, do SESI, em inglês. Clovis ressaltou que o Brasil teve a maior comitiva e o maior número de trabalhos apresentados, foram de quinze a dezesseis trabalhos aprovados, mas sentiu falta, como delegação, de uma representação oficial por parte do governo brasileiro. Ressaltou sobre a premiação do videoclipe "Com prevenção é que se faz", em primeiro lugar entre mais de 250 trabalhos inscritos. Dary colocou que todas as atividades eram em inglês e sem tradução, ressaltando a dificuldade para apresentação num tempo curto de dez minutos. Dary citou que Jófilo, da Fundacentro, também fez apresentação de trabalho em um outro momento. Lino destacou as dificuldades enfrentadas sejam tomadas como lição para a preparação do

próximo Congresso, que será realizado na Alemanha em 2014, reforçando que o Brasil é um dos poucos países que tem uma política efetiva de SST. Clovis fez comentário sobre a inércia do escritório de representação da OIT da América do Sul e propôs que a CTSST possa unir esforços junto a OIT para trazer este núcleo de coordenação de SST da OIT para o Brasil, como país que apresenta negociação mais madura e expertise nessa matéria na região. Lino ressaltou que para o critério de definição de manutenção da representação nos países, é levada em consideração a questão do idioma falado e o maior número de países que falam determinado idioma. O último informe disse respeito à questão da suspensão da entrada em vigor da norma de gestão de SST elaborada pela ABNT. Armando ressaltou que essa solicitação não foi da CTSST e Rinaldo esclareceu que a mesma partiu da CTPP, como um documento de consenso nas três bancadas, fundamentada na necessidade de aprofundamento do debate antes da publicação da norma e no processo em andamento na CTPP de discussão da Norma Regulamentadora de gestão de SST, com a preocupação de não se ter um regulamento técnico e uma norma técnica tratando do mesmo assunto. Como encaminhamentos adicionais e finais foram reiterados: a solicitação de indicação de representantes dos trabalhadores e dos empregadores para o grupo de trabalho tripartite para propor os tópicos/temas de SST a serem trabalhados, em um 1º momento, no currículo do ensino fundamental da rede pública e privada, em processo articulado com o MEC e de acordo com a ação 7.1.2 do Plansat, a ser feita diretamente para a Sônia Bombardi (bombardismj@fundacentro.gov.br), coordenadora desse trabalho, com cópia para o e-mail do Lino e para o do coordenador da CTSST; a solicitação de indicação de representantes do MTE, do MPS, dos trabalhadores e dos empregadores (3 representantes por bancada) para grupo de trabalho tripartite para organização de atividade conjunta da CTSST no dia 28 de abril de 2012, a ser feita para o e-mail do coordenador da CTSST, com cópia para Lino e Terezinha. A 20ª R.O. da CTSST foi agendada para o dia 16/2/12, quinta-feira, em Brasília, em local a ser informado posteriormente e será a 1ª a ser coordenada novamente pelo MPS. Indicados os seguintes pontos de pauta para essa reunião: a) apresentação pelo MPS dos dados atualizados de acidentalidade (nos últimos dez anos, incluindo taxas de mortalidade); b) continuidade da discussão do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (definição do mecanismo/instrumento de formalização do Plano; definição de um determinado conjunto de ações prioritárias, com a conseqüente proposição de indicadores e estabelecimento dos prazos de execução; proposta para inclusão de conteúdos de SST no ensino fundamental e médio); c) organização de atividade conjunta referente ao dia 28 de abril/2012; d) definição do calendário de 2012 de reuniões ordinárias da CTSST. A coordenação da CTSST enviará calendário com a agenda de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Comitê Interinstitucional do Protocolo de Cooperação Técnica TST - CSJT - MS - MTE - MPS - AGU, do Conselho Nacional da Previdência Social e da CTPP, bem como as datas das primeiras reuniões da CTSST, do GTS-TRC, do GTS-ICC e do Conselho Curador da Fundacentro. Por último Carlos agradeceu a todos os membros pelos trabalhos realizados durante este ano em que o Ministério da Saúde esteve na coordenação da CTSST, ressaltando que na próxima reunião o Ministério da Previdência Social retoma a coordenação dos trabalhos e que o Ministério da Saúde continuará participando ativamente. Nada mais a declarar a reunião foi encerrada.